



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 18 • 18 a 24/06/2006 • ISSN 1809-6182

Análise

22/06/2006 - Divulgado relatório do Pentágono sobre as capacidades militares da China.....p.01

É divulgado o relatório do Pentágono para o Congresso dos Estados Unidos sobre o poder militar da República Popular da China. Enquanto os EUA monitoram a modernização chinesa e seus gastos militares, temendo uma futura ascensão da potência, a China critica o relatório, afirmando que Washington exagera suas capacidades militares.

Resenhas

20/06/2006 - Alan García é eleito presidente do Perup.05

Com a obtenção de 52,5% dos votos no 2º turno das eleições peruanas, Alan García é eleito o novo presidente do país. Como segundo colocado, o nacionalista Ollanta Humala obteve 47,5% da preferência dos eleitores.

21/06/2006 - Venezuela anuncia compra de aviões militares russos.....p.09

Inserida em sua estratégia de modernização de seu aparato militar e sofrendo forte oposição e veto por parte dos Estados Unidos, a Venezuela anuncia novo acordo militar com a Rússia, referente à compra de aviões que irão substituir o modelo estadunidense F-16.

22/06/2006 - Montenegro declara independência após realização de referendo.....p.12

Montenegro declarou formalmente sua independência da República da Sérvia após a divulgação do resultado oficial do referendo realizado em 21 de maio de 2006. As atenções para o contexto regional se voltam agora para a situação de Kosovo, atualmente sob protetorado das Nações Unidas.

Divulgado relatório do Pentágono sobre as capacidades militares da China

Análise
Segurança

Cândida Cavanelas Mares
22 de junho de 2006

É divulgado o relatório do Pentágono para o Congresso dos Estados Unidos sobre o poder militar da República Popular da China. Enquanto os EUA monitoram a modernização chinesa e seus gastos militares, temendo uma futura ascensão da potência, a China critica o relatório, afirmando que Washington exagera suas capacidades militares.

O relatório anual do Pentágono para o Congresso estadunidense, de 23 de maio de 2006, expõe acerca das atuais capacidades militares da China. Tal relatório foi estabelecido pelo Ato de Autorização de Defesa Nacional¹ do ano 2000 (*National Defense Authorization Act for the Year 2000*) com a função de descrever as estratégias atuais e futuras da República Popular da China, de forma a abordar os desenvolvimentos militares-tecnológicos das forças armadas do país – o Exército de Libertação Popular (*People's Liberation Army – PLA*) [ver: [China e o revigoramento de sua capacidade militar](#)] – durante 20 anos. Os relatórios, que vêm sendo formulados anualmente desde 2002, possuem três escopos principais: as estratégias gerais de segurança e militares da China; os desenvolvimentos da doutrina militar, da estrutura das forças armadas, e das tecnologias chinesas; e a

situação de Taiwan.

O relatório de 2006 afirma que o aumento da importância regional, política e econômica da China, é um importante elemento do ambiente estratégico atual, alertando para o rápido crescimento militar da mesma. Diz também que o PLA está em um processo de transformação a longo prazo, deixando de ser um grande exército cujo escopo era principalmente conflitos em seu próprio território para se tornar “uma força mais moderna capaz de lutar conflitos de curta duração e alta intensidade contra adversários de alta tecnologia”. Apesar de atualmente a capacidade da China de sustentar seu poder militar por longas distâncias ser limitada, segundo o Relatório de Revisão de Defesa de 2006, Beijing tem um grande potencial para competir militarmente com os Estados Unidos e suas tecnologias, o que poderia, eventualmente, contrabalancear as vantagens militares tradicionais do país.

O relatório afirma que, no curto prazo, o desenvolvimento do setor bélico chinês parece estar focado em possíveis contingências com Taiwan, destacando a

¹ O Ato de Autorização de Defesa Nacional é uma lei federal estadunidense que é decretada a cada ano fiscal e estabelece diretrizes acerca do emprego do orçamento do Departamento de Defesa (DoD) dos EUA para o ano em questão.

compra realizada por Beijing de armas russas, posicionando 790 mísseis balísticos de curto alcance apontados para a província. Esta é uma ilha que faz parte do território da República Popular da China, sendo considerada uma província rebelde por historicamente apresentar reivindicações separatistas [Ver: [A nova lei anti-secessão e as relações entre a China e Taiwan](#)]. Taiwan possui como principal aliado e fornecedor de armas os EUA. A China afirmou no passado que, caso a ilha se declare independente formalmente, o país invadiria a mesma, o que poderia levar a um conflito entre EUA e China.

Apesar desse foco inicial em Taiwan, uma análise das aquisições militares da China sugeriria que o país está também produzindo capacidades que poderiam ser utilizadas em outras contingências regionais, tais como em conflitos por recursos ou disputas territoriais. As tendências atuais na modernização militar poderiam prover à China capacidade de realizar operações militares no continente asiático para além de Taiwan, potencialmente se tornando uma ameaça crível a militares que operam na região. Poder-se-ia argumentar que esses militares, aos quais se refere o relatório, podem ser militares japoneses ou a própria marinha estadunidense, de forma que a preocupação se daria no sentido de uma presença militar de Beijing na Ásia levar a uma corrida armamentista no continente, ameaçando a configuração da balança de poder regional.

As estimativas oficiais da China apontam que os gastos militares do país estão entre 30 e 35 bilhões de dólares, que corresponde a 1,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Contudo o relatório do Pentágono estima que os mesmos estejam entre 70 e 105 bilhões de dólares por ano. Alguns analistas, embora concordem que os dados divulgados pelo governo chinês estejam aquém dos valores reais, discordam dos números colocados por Washington. De acordo com o

Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IIEE), as despesas militares chinesas chegariam a 2,7% do PIB ou 75,5 bilhões de dólares, utilizando-se como referência para tal cálculo não o câmbio de mercado, mas sim a paridade do poder de compra [Ver: [glossário](#)]. Em comparação com o Produto Interno Bruto estadunidense, o que se percebe é que os EUA, que possuem um PIB maior que a China, destinam 3,7% do mesmo ou 420 bilhões a gastos militares.

Em resposta ao relatório divulgado pelo Pentágono, o Ministro das Relações Exteriores chinês, Liu Jianchao, expressou sua insatisfação e oposição, afirmando que “o relatório do Departamento de Defesa dos EUA, que exagera a força e gastos militares da China e continua a espalhar a ‘teoria de ameaça chinesa’, é baseado em uma ‘mentalidade de Guerra Fria’ e motivos ocultos”. Ainda segundo o ministro, “a China é um país amante da paz e adota uma política nacional de natureza defensiva. (...) Como um Estado soberano, é normal que a China desenvolva sua defesa nacional de forma a proteger sua segurança nacional e salvaguardar sua integridade territorial”.

A estratégia dos EUA

O relatório do Pentágono diz que “o mundo externo tem pouco conhecimento acerca das motivações chinesas e do processo de tomada de decisão”. Essa preocupação estadunidense com a modernização militar da China e sua capacidade de desafiar a hegemonia dos EUA vem sendo vista desde o início de 2001, quando a administração de George W. Bush assumiu o poder. Em 2005, durante uma visita à China, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld expressou sua apreensão com relação às capacidades militares do país, sugerindo que o governo fosse mais aberto a respeito de suas intenções. Após a divulgação do relatório, em 2006, Rumsfeld voltou a

pedir que Beijing esclareça seus gastos militares, dizendo que “a única questão acerca da transparência é que a China se beneficiaria da desmistificação das razões pelas quais eles estão investindo no que estão investindo”.

Com a modernização militar da China, pode-se perceber que os Estados Unidos têm expandido suas relações com os principais rivais de Beijing, Japão e Índia [Ver: [Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear](#)], de forma a garantir maior poder de dissuasão. Isso se dá no sentido de o Pentágono, ao incentivar o desenvolvimento desses países, dissuadir um competidor militar tal qual a China de desenvolver capacidades que poderiam levar a uma hegemonia regional.

Segundo algumas análises, essas preocupações de Washington se dão no sentido de um movimento que estaria sendo realizado pela China que, não se concentrando somente no desenvolvimento de capacidades defensivas, abrangeria também a capacidade de atingir as frotas estadunidenses. A partir disso, a marinha estadunidense, que tem sido preponderante nos oceanos desde a Segunda Guerra Mundial, estaria ameaçada no Oceano Pacífico por mísseis chineses. Ou seja, a China não estaria buscando controlar o pacífico, mas sim forçar os EUA a deixarem a região.

Por outro lado, críticas têm sido feitas ao foco dado pelos EUA à modernização militar da China, no sentido de Washington estar exagerando as capacidades militares da mesma. Isso ocorreria de forma a construir uma imagem de ameaça representada por Beijing que justificaria investimentos massivos no desenvolvimento de novas armas e tecnologias militares nos EUA, de maneira a substituir o papel nos investimentos militares desempenhado pela ameaça da União Soviética durante a Guerra Fria.

A estratégia chinesa

A principal justificativa alegada para o aumento dos investimentos militares chineses é devido à dissuasão do movimento separatista de Taiwan. Contudo, pode-se perceber que a China pode possuir outros motivos para aumentar esse orçamento. Primeiramente, a potência poderia almejar sua afirmação regionalmente perante seus vizinhos.

Além disso, a China pode estar antecipando um possível problema a ser enfrentado no campo comercial. O país importa inúmeras matérias primas e exporta enorme quantidade de bens manufaturados. A economia chinesa é, portanto, dependente do comércio marítimo, e grande parte deste passa por águas controladas inteiramente pela marinha estadunidense. Assim, caso a China sofra sanções econômicas por parte dos EUA no futuro, seu comércio ficaria comprometido. Mesmo que as perspectivas atuais não apontem para a ocorrência de tal bloqueio, a China poderia estar fortalecendo sua capacidade militar e marítima de forma a dissuadir os EUA, já que existem atritos entre ambos os países em diversas arenas.

Assim, a partir do relatório do Pentágono, pode-se perceber que a China está modernizando suas forças armadas, sendo 95% dos armamentos adquiridos importados da Rússia. Nas palavras do Presidente chinês Hu Jintao: “nós precisamos construir um sistema de defesa e tecnologia inovador (...) que integre recursos militares e civis científico-tecnológicos, com a obtenção de tecnologias e produtos para criar uma boa estrutura sob a qual altas tecnologias militares e civis sejam compartilhadas e mutuamente transferíveis”. A partir disso, os Estados Unidos têm questionado esse movimento chinês devido a um temor de que o país possa competir militarmente com Washington.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Channel News Asia

<http://www.channelnewsasia.com>

China Daily

<http://www.chinadaily.com>

CIA – World Factbook

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook>

CNN

<http://www.cnn.com>

Council of Foreign Relations

<http://www.cfr.org>

Departamento de Defesa dos EUA

<http://www.defenselink.mil/pubs>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk/>

International Herald Tribune

<http://www.ihl.com>

Los Angeles Times

<http://www.latimes.com>

Reuters

<http://today.reuters.com/news/home>

Startfor

<http://www.stratfor.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Ver também:

24/09/2004 – [Hu Jintao aumenta seu poder na China](#)

15/04/2005 – [A nova lei anti-secessão e as](#)

[relações entre a China e Taiwan](#)

06/05/2005 – [Disputa entre China e Japão](#)

25/10/2005 – [Rumsfeld chega à China e faz alerta quanto a sua expansão militar](#)

09/03/2006 – [Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear](#)

08/04/2006 – [China e o revigoramento de sua capacidade militar](#)

Alan García é eleito presidente do Peru

Resenha
Desenvolvimento / Integração Regional

Rafaella Arruda Melo Pereira
20 de junho de 2006

Com a obtenção de 52,5% dos votos no 2º turno das eleições peruanas, Alan García é eleito o novo presidente do país. Como segundo colocado, o nacionalista Ollanta Humala obteve 47,5% da preferência dos eleitores.

O segundo turno das eleições presidenciais peruanas foi realizado no dia 04 de junho de 2006, no qual disputaram os candidatos da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), Alan García, e o nacionalista Ollanta Humala, da União pelo Peru (UPP). No 1º turno das eleições peruanas, realizado no dia 09 de abril, Ollanta Humala obteve 30,6% dos votos, contra 24,3% de Alan García. Já no 2º turno, o candidato social-democrata, Alan García, obteve 52,5% dos votos válidos contra 47,5% de Humala.

O presidente eleito, que tomará posse no Palácio Presidencial de Miraflores, no dia 28 de julho de 2006 — dia em que se comemora a independência do Peru — exercerá seu segundo mandato como presidente do país. García, 57 anos, já havia governado o Peru entre os anos de 1985 e 1990, período marcado por profunda crise econômica e institucional e por ondas de violência decorrentes das ações do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso. Quando do fim de seu mandato, em 1990, García mudou-se para a Colômbia, abandonando o país sob baixos índices de popularidade, acusado de corrupção e responsabilizado pela hiperinflação anual de 7.000% que

assolava o país.

García retornou ao Peru em 2001, após a queda do então presidente, Alberto Fujimori, acusado, dentre outros crimes, de corrupção e violação aos direitos humanos. Apesar de disputar as eleições presidenciais de 2001 e de conquistar o voto de grande parte da população após uma campanha eleitoral bem-sucedida, García foi derrotado, no 2º turno, pelo atual presidente do país, Alejandro Toledo.

O presidente eleito deverá governar um país em lento crescimento econômico, no qual há uma lentidão no que concerne à criação de empregos por parte do governo e deficiências nos sistemas de saúde e educação oferecidos à população. O governo de Toledo alega uma perceptível redução do nível de pobreza do país que em 2003, segundo a *Central Intelligence Agency* (CIA, sigla em inglês), era de 54%.¹ Para Toledo, ainda falta bastante a ser feito, mas já é possível se perceber as melhoras do país. "A pobreza extrema que antes alcançava 24%, já é agora de 18%", diz Toledo, segundo relatou a *BBC News*,

¹ Dado oficial mais recente da CIA World Fact Book em relação ao índice da população peruana situada abaixo da linha de pobreza.

em 07 de junho.

Segundo Toledo, apesar desses problemas, García herdará um país com economia sólida e crescimento sustentável, inserido na comunidade democrática e com credibilidade no sistema financeiro internacional.

A Campanha presidencial

Durante a campanha presidencial, marcada por insultos constantes entre os candidatos, Ollanta Humala, 43 anos, buscou atrair principalmente a classe peruana mais pobre, prometendo uma redistribuição de riqueza entre índios e mestiços, um maior controle do Estado sobre a economia e também uma maior restrição dos investimentos estrangeiros no país. Já García buscou atrair essencialmente a atenção da camada mais jovem e politicamente moderada do país, alcançando maior prestígio na região costeira ao norte do Peru e nas cidades mais industrializadas, inclusive na capital do país, Lima. Por sua vez, o principal reduto eleitoral de Humala encontrou-se nas áreas rurais, ao sul do território nacional.

Enquanto García primou por um discurso de esquerda menos radical e mais responsável — nos moldes do Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente chilena, Michelle Bachelet —, Humala, ex-militar que nunca exerceu cargos públicos, defendeu um discurso mais inflamado, no qual prometeu lançar uma revolução dos pobres e anular o capítulo econômico da constituição do país, no qual se estabelece que as riquezas naturais do Peru (como minério e gás) passam a ser de propriedade privada a partir de sua exploração.

Essa declaração de Humala, dentre outras feitas durante a campanha, causou

surpresa em investidores nacionais e estrangeiros, fazendo-os crer que, caso eleito, Humala seguiria as tendências nacionalistas dos presidentes sul-americanos Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela). Exemplo disso foi o impacto causado pela nacionalização do gás natural e do petróleo boliviano sobre as preferências eleitorais dos peruanos [ver também: [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)]. Desde essa medida, tomada no dia 1º de maio de 2006 pelo Presidente boliviano Evo Morales, as pesquisas de opinião mostraram um declínio nos votos de Humala, fazendo García avançar nas preferências dos eleitores peruanos.

Embora houvesse alegado que, uma vez eleito, não fecharia o país ao capital externo e sim transformaria o Estado em um grande sócio das empreitadas do governo, muitos analistas acreditam que a derrota de Humala deva-se à crescente incerteza e temor popular com relação a suas promessas de governo. Visto assim, Alan García seria apontado por muitos eleitores não como o melhor candidato à presidência, mas sim como o "mau menor"² em comparação a seu rival.

Outro fator que pode ter causado a derrota do nacionalista Humala é a proximidade do mesmo com o Presidente venezuelano Hugo Chávez. Apoiado fortemente pelo presidente, Humala passou a ser visto por muitos como uma marionete de Chávez. Para Chávez, que desde o início da campanha eleitoral peruana ameaçou cortar as relações diplomáticas entre seus países caso García ganhasse, a vitória de Humala significaria a vitória dos ideais socialistas em mais um país sul-americano e a conquista de mais um aliado político — como ocorreu na Bolívia com a vitória de Evo Morales —,

² O dito popular peruano "mais vale um mal conhecido do que o bem que não se conhece" passou a ser repetido por muitos eleitores durante a campanha presidencial de 2006.

facilitando sua influência sobre o país. Apesar da ameaça inicial de Chávez, embora não significando a completa extinção das relações diplomáticas entre os países, no dia 30 de abril de 2006, o governo peruano decidiu retirar seu embaixador da capital da Venezuela, Caracas, alegando interferência de Chávez nos assuntos internos do país. Poucos dias depois, como esperado, foi a vez do presidente venezuelano tomar a mesma decisão.

A percepção de parte dos eleitores de que a vitória de Humala poderia significar uma maior proximidade entre os presidentes, imprimindo ao país uma política mais radical nos moldes nacionalistas propostos por Chávez, fez com que os mesmos classificassem García como "um mal necessário". Após a confirmação dos resultados eleitorais, García admitiu, segundo o jornal *The Guardian*, que sua vitória mostra que "os peruanos não querem o modelo retrógrado e militarista que Chávez está tentando impor na América Latina."

Promessas e desafios

Embora admita os erros cometidos em sua primeira administração como presidente do país, Alan García nega as acusações de corrupção e defende que não irá tolerar nenhuma atitude similar durante seu governo.

Governando sob a legenda social-democrata do APRA, mais antigo e poderoso partido político do Peru, espera-se que García opte por uma política mais voltada ao modelo de livre comércio, com vistas a gerar um maior crescimento econômico e melhorias nos gastos sociais no país.

Como presidente, García pretende estabelecer uma maior integração comercial com Brasil, Chile e Estados Unidos, e desenvolver programas sociais que busquem reduzir a pobreza do país,

com foco para os programas de saneamento básico. Além disso, García promete reduzir o próprio salário e os dos demais funcionários políticos, abrindo também programas de micro-crédito para pequenas e médias empresas, tendo como exemplo o modelo chileno.

Porém, apesar dessas e outras promessas, o maior desafio de García será governar um país onde a maioria parlamentar representa a coalizão de oposição liderada pelo UPP, partido de Ollanta Humala. Tal maioria foi alcançada nas últimas eleições legislativas do país no dia 09 de abril de 2006 (antes da nacionalização do gás natural e petróleo na Bolívia), garantindo à coalizão nacionalista 45 dos 120 assentos do Congresso peruano, contra 36 obtidos pelo APRA. Esse fato demonstra que será necessário a García estabelecer alianças entre governo e oposição que viabilizem a adoção das políticas propostas. E o que torna ainda mais complicada a situação de García é o fato de que Humala, membro da oposição, garante que estão descartadas as possibilidades de aliança política com o partido governista. Humala promete liderar uma forte oposição contra o governo de García e alguns analistas acreditam que o candidato derrotado possa até mesmo incitar uma revolução populista no país a partir de uma forte base de apoio entre as camadas mais pobres.

No que concerne às relações com o presidente venezuelano, García se nega a tomar qualquer iniciativa que ponha fim ao conflito diplomático, pese o fato de que tenha sido Chávez o primeiro a criticar e ameaçar o então candidato do APRA. O presidente eleito, contudo, não se considera "anti-chavista", e defende boas relações entre os países desde que não ocorram interferências venezuelanas nos assuntos peruanos.

Em relação a Brasil e Chile, mais especificamente, García defende profundas cooperações bilaterais e garante abrir o país aos investimentos de ambos.

Após visitar o presidente brasileiro, García pretende reunir-se com o presidente Bachelet nos próximos dias.

Será também importante para García estabelecer uma maior aproximação entre as regiões sul e norte do país, uma vez que os próprios resultados eleitorais demonstraram a desigualdade de preferências existente entre as regiões. Enquanto o presidente eleito alcançou a maioria dos votos nas regiões costeiras e de Lima, Humala obteve margem bastante superior no sul e interior do país. Tal discrepância reflete não apenas a divisão geográfica, mas também a polarização política, econômica e social peruana. Para a conservadora Lourdes Flores, candidata derrotada na corrida presidencial e uma das favoritas a disputar o 2º turno com Humala, "a obrigação do novo governo será fazer com que se encontrem esses dois países peruanos", relatou o jornal *El País*, em 06 de junho.

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

World FactBook

<http://www.cia.gov/cia/publications>

Ver também:

10/05/2006 - [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)

17/11/2005 - [Ex-presidente peruano Fujimori é detido no Chile](#)

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

El País.es

<http://www.elpais.es>

El Peruano

<http://www.elperuano.com.pe>

Expreso

<http://www.expreso.com.pe>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Houston Chronicle

<http://www.chron.com>

Venezuela anuncia compra de aviões militares russos

Resenha
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
21 de junho de 2006

Inserida em sua estratégia de modernização de seu aparato militar e sofrendo forte oposição e veto por parte dos Estados Unidos, a Venezuela anuncia novo acordo militar com a Rússia, referente à compra de aviões que irão substituir o modelo estadunidense F-16.

Após a tentativa de comprar aviões militares da Espanha e do Brasil, vetadas pelos Estados Unidos (EUA), o Presidente venezuelano Hugo Chávez anunciou no dia 14 de junho de 2006 a compra de 24 aviões militares russos do modelo *Sukhoi*, que deverão substituir o caça F-16 (de fabricação estadunidense), em posse do governo venezuelano desde a década de 1980. Chávez acusa os EUA de não fornecer as peças de reposição necessárias para o funcionamento dos últimos.

O anúncio foi feito durante a entrega de 30 mil fuzis russos para as forças armadas venezuelanas, que chegaram no país no dia 04 de junho de 2006 e representam a primeira leva dos 100 mil fuzis que foram adquiridos pelo país em maio de 2005, juntamente com 10 helicópteros, sendo que os 03 primeiros foram entregues em abril deste ano [ver [Venezuela: a polêmica compra de rifles de assalto russos e o problema do tráfico de armamentos de pequeno porte](#)].

Nos últimos anos, Chávez tem firmado uma série de acordos de compra de aparatos militares com vários países, argumentando a necessidade de modernização das forças armadas

venezuelanas. Os EUA têm se oposto a esta política militar de Chávez, afirmando que ela poderia levar a uma corrida armamentista na América do Sul, bem como favorecer o tráfico ilegal de armamentos, já que as peças substituídas poderiam ser revendidas e chegar ao alcance dos narcotraficantes da Colômbia.

Dessa forma, quando da oficialização de um acordo entre Espanha e Venezuela em dezembro de 2005, que previa a venda de 8 navios de patrulha e 13 aviões militares, os EUA anunciaram que não iriam permitir a comercialização dos aviões, já que eles possuíam entre 50 e 60% de tecnologia estadunidense, que não pode ser revendida sem autorização deste país [ver [Venezuela e Espanha assinam acordo militar](#)].

Em janeiro de 2006, os EUA formalmente negaram à Espanha a licença para venda dos aviões e ao mesmo tempo alertaram o Brasil sobre o problema da venda dos 36 aeronaves da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), que também empregava tecnologia estadunidense, e que o governo venezuelano mostrava interesse em adquirir. No dia 15 de maio, os EUA anunciaram um veto à venda de armas que utilizem sua tecnologia à



Venezuela. Sendo que a justificativa foi o enquadramento do país no grupo daqueles que não cooperam na luta contra o terrorismo.

Conseqüentemente, Chávez voltou sua atenção para os russos que: (a) possuem tecnologia militar independente dos EUA e por isso possíveis vendas não podem ser vetadas por este país; (b) adotam uma política externa divergente dos interesses estadunidenses. Além da compra dos fuzis e aviões, que devem chegar à Venezuela até o fim do ano, o governo deste país vem afirmando que será instalada em seu território uma fábrica de fuzis russos.

Desde que se tornou Presidente venezuelano em 1999, Hugo Chávez tem colocado em prática uma postura anti-estadunidense e por isso tem estado em constante conflito com este país. A compra dos aviões, seus motivos e repercussões precisam ser entendidos dentro deste conflito.

Chávez chegou a recomendar ao Ministério de Defesa que vendesse os aviões F-16 que serão substituídos para o Irã. Uma atitude cuja exeqüibilidade é quase nula - já que armamentos estadunidenses não podem ser vendidos sem consentimento deste país e nenhuma oferta formal foi feita pelo governo venezuelano - e portanto, teria como objetivo apenas uma oposição discursiva frente aos EUA.

Ademais, Chávez tem afirmado que os EUA têm planos de invadir a Venezuela devido as suas ricas reservas de Petróleo. Dessa forma, tem realizado exercícios de treinamento civil-militares de resistência a uma eventual invasão estadunidense.

Sabe-se que Chávez vem tentando se estabelecer como uma liderança no continente sul-americano por meio de sua oposição explícita aos Estados Unidos. Os investimentos em armamentos apesar, de não desprezíveis, até agora não representaram uma alteração na balança de poder regional a ponto de levar a uma

corrida armamentista. Tais investimentos servem muito mais ao propósito de Chávez de se contrapor aos EUA, bem como uma necessidade de modernização das forças armadas. Não seria primordialmente uma tentativa de desestabilizar a correlação de forças militares regionais ao seu favor.

Por outro lado, não se pode desprezar o receio estadunidense de que armas sejam comercializadas de forma ilegal e venham parar nas mãos de narcotraficantes. Em 2005, Chávez acusou os EUA de utilizar sua influência no governo da Colômbia para tentar dismantelar seu poder. A maior disponibilidade de armas em território venezuelano poderia facilitar o acesso de traficantes colombianos as armas [ver [Contencioso entre Colômbia e Venezuela é discutido entre presidentes](#)].

Existe uma dependência relativa no relacionamento entre Venezuela e EUA com relação ao petróleo, sendo que a Venezuela é o quarto principal exportador destes produtos para os EUA, que por sua vez é o destino de 80% das exportações petrolíferas venezuelanas. Para além de todo o relacionamento conflitivo, estes países não estão dispostos a romper os laços econômicos que os unem.

Referência

Sites:

Central Intelligence Agency - CIA

<http://www.cia.gov>

Clarín

<http://www.clarin.com>

CNN

<http://www.cnn.com>

El País

<http://www.elpais.es>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

Ver também:

01/12/2005 - [Contencioso entre Venezuela e Colômbia é discutido entre presidentes.](#)

10/05/2005 - [O fim do plano Colômbia e a compra de armas pela Venezuela](#)

03/07/2005 - [Venezuela: a compra de rifles de assalto russo e o problema do tráfico de armamentos de pequeno porte.](#)

01/12/2005 - [Venezuela e Espanha assinam acordo militar.](#)

Montenegro declara independência após realização de referendo

Resenha
Integração Regional / Desenvolvimento

Júlia Drumond Caiado
22 de junho de 2006

Montenegro declarou formalmente sua independência da República da Sérvia após a divulgação do resultado oficial do referendo realizado em 21 de maio de 2006. As atenções para o contexto regional se voltam agora para a situação de Kosovo, atualmente sob protetorado das Nações Unidas.

Antiga República da Iugoslávia, composta primeiramente por seis províncias, ficou totalmente fragmentada após as guerras de independência da década de 1990. Um dos resultados de tais conflitos foi a formação de um Estado composto pela união de Sérvia e Montenegro, que ocorreu em 2003 com o Acordo de Belgrado, após fortes pressões da União Européia (UE).

O acordo tinha o objetivo de estabilizar as fronteiras dos Bálcãs e conter o avanço de Montenegro em prol de sua independência. A UE se preocupava com o potencial impacto destabilizador de uma maior fragmentação dos Bálcãs.

O processo de separação estava regulamentado pelo próprio acordo, segundo o qual um mínimo de três anos após a ratificação do mesmo fazia-se necessário antes que algum dos Estados membros pudessem declarar independência. Além disso, era especificado que o referendo seria o meio através do qual esse processo se daria e que Montenegro estaria obrigado a pedir reconhecimento das instituições internacionais como um país soberano, caso se tornasse independente.

Com base nos termos do acordo, a proposta de realização de um referendo foi introduzida pelo Presidente de Montenegro, Filip Vujanović, e foi unanimemente aprovada pela Assembléia no dia 2 de março de 2006. No entanto, controvérsias significativas ocorreram acerca do resultado que seria necessário para se confirmar a independência da região através do referendo.

O governo montenegrino, representado pelo Primeiro-Ministro, Milo Djukanovic, inicialmente declarou que uma maioria simples seria necessária para que a independência fosse reconhecida. No entanto, representantes da UE pressionaram para que a independência somente fosse aceita caso 55% dos votos fossem a favor e houvesse um mínimo de 50% de comparecimento às urnas por parte da população montenegrina. O primeiro-ministro acabou cedendo, preocupado com o futuro reconhecimento pela EU, e o referendo, realizado no dia 21 de maio, precisaria de 55% dos votos a favor da independência de Montenegro para que a mesma fosse reconhecida internacionalmente.

O resultado oficial somente foi divulgado pela Comissão Eleitoral no dia 23 de maio

e apontava que 55,53% dos montenegrinos haviam votado a favor da independência, enquanto 44,47% haviam votado contra. Como o comparecimento às urnas foi de 86,3%, Montenegro foi oficialmente declarado independente da Sérvia.

A composição da população montenegrina, assim como o comportamento do Primeiro-Ministro, Milo Djukanovic, foram fatores cruciais na determinação do resultado. A população de Montenegro é composta por 670 mil pessoas e encontra-se dividida entre 43% de montenegrinos, 32% de sérvios e 7% de albanos. Tal divisão interna foi refletida nos resultados que mostraram uma diferença muito pequena entre os montenegrinos que apoiaram a independência, e aqueles que se identificam como etnicamente sérvios que, por não ver distinção significativa entre sérvios e montenegrinos, foram contra a independência de Montenegro.

Nesse contexto, o primeiro-ministro de Montenegro também teve grande influência na decisão pró-independência. Isso porque, no início da década de 1990, Djukanovic era aliado do líder sérvio, Slobodan Milosevic, e defendia a preservação da união de Montenegro e Sérvia. No entanto, a crescente desaprovação internacional às políticas de Milosevic fez com que Djukanovic gradualmente se distanciasse de seu companheiro e passasse a liderar a campanha pela independência de Montenegro e a influenciar a população a tomar a mesma decisão.

Diante do resultado do referendo, diversos países passaram a reconhecer internacionalmente a independência de Montenegro e aceitá-lo como o mais novo Estado soberano. O primeiro país a reconhecer o resultado foi a Croácia, seguida dos Estados Unidos, da Rússia, do Reino Unido e da China. O chefe de política externa da UE, Javier Solana, declarou que o bloco respeitará o resultado final do referendo, que teve sua

legitimidade confirmada com os 86% de comparecimento.

É de interesse da União Européia dar as boas vindas ao novo Estado montenegrino, diante do fracasso de sua política anterior na tentativa de manter as duas províncias unidas. Montenegro solicita que o processo de negociação de sua entrada na UE seja separado da Sérvia, pois acredita que assim terá mais sucesso. Isso porque o grupo europeu suspendeu o diálogo com a Sérvia, diante do seu fracasso em apresentar Ratko Mladic ao tribunal de Haia [ver: [União Européia suspende negociações com Sérvia e Montenegro](#)].

O primeiro-ministro acredita que Montenegro completará o processo de integração mais rapidamente negociando como um Estado independente, uma vez que não será mais condicionado às ações de Belgrado e refém do seu isolamento internacional provocado pela inabilidade na gestão do problema dos criminosos de guerra. Dessa maneira, o país poderá acelerar as reformas institucionais, o desenvolvimento econômico e a política pró-européia.

A reação da Sérvia ao resultado do referendo foi primeiramente de declarar sua própria independência, pondo um fim à antiga Iugoslávia, e posteriormente de reconhecer o resultado do referendo e Montenegro como um Estado soberano. No entanto, vale ressaltar que com a independência de Montenegro a Sérvia perde seu acesso ao mar Adriático, o que pode trazer consequências no sentido de garantir a Montenegro uma posição vantajosa em futuras negociações.

Além disso, com a independência de Montenegro, a Sérvia se volta para a questão de Kosovo, que hoje é um protetorado sob administração das Nações Unidas desde 1999. Legalmente, Kosovo é território sérvio e o país considera essa região o berço de sua origem e cultura, recusando-se a permitir que a província se torne independente. A etnia albanesa, que

representa 90% dos dois milhões de habitantes de Kosovo busca independência da Sérvia, enquanto a minoria sérvia da região deseja permanecer sobre controle de Belgrado.

As negociações para a resolução da situação de Kosovo iniciaram em fevereiro deste ano, tendo a ONU como mediadora. No entanto, a independência de Montenegro traz expectativa aos separatistas da região de que Kosovo possa realizar seu próprio referendo para optar pela independência ou não da região com relação à Sérvia. Segundo eles, a separação de Montenegro abre um precedente inegável e a independência de Kosovo é agora inevitável.

A expectativa é que seja encontrada uma solução pacífica para o impasse sobre Kosovo, e nesse contexto, faz-se necessário transformar a decisão democraticamente tomada por Montenegro em um exemplo para promover a estabilidade nos Bálcãs, e assim, não incitar novamente conflitos separatistas na região.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://news.bbc.co.uk/portuguese>

Council on Foreign Relations

<http://www.cfr.org/>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/>

EurActiv

<http://www.euractiv.com/>

Ver também:

10/05/2006 - [União Européia suspende negociações com Sérvia e Montenegro](#)

13/03/2006 - [Morre Slobodan Milosevik](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>